

Os municípios e a educação

MURÍLIO HINGEL

Há quase 20 meses, quando assumi o Ministério da Educação e do Desporto, afirmei que as ações do MEC seriam norteadas por quatro palavras-chave, entendidas em seu sentido mais amplo: planejamento, descentralização, integração e interação.

A proposta baseava-se na realidade do Brasil, país de dimensões continentais, diversidade regional e local e estrutura federativa. Mas encontrou suporte na convicção pessoal de quem, em sua carreira sempre ligada à educação, vivenciou experiências as mais variadas.

Três dessas experiências merecem registro: o exercício do cargo de secretário de Educação do município de Juiz de Fora por seis anos (1967-1973); a atuação, como assessor técnico, no Departamento de Ensino Fundamental (DEF) do Ministério da Educação, justamente na Coordenação de Assistência Técnica aos Estados e ao Distrito Federal (Codeated), também durante seis anos (1973-1979). Nesse período, tive o privilégio de trabalhar com o Promunicípio, projeto voltado para a assistência técnica e a cooperação financeira aos municípios na área educacional (ensino de Primeiro Grau) e o exercício do cargo de diretor do Instituto de Pesquisa e Planejamento (Ipplan) da Prefeitura de Juiz de Fora por dois anos (1986-1988).

Tais considerações vêm a propósito da busca de uma ação descentralizada/integrada com os sistemas de ensino, as Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal e os órgãos municipais de educação.

Refletindo a realidade brasileira, os sistemas de ensino estão procurando consolidar-se e entrosar-se por meio de um Fórum de Conselhos Estaduais de Educação, ao mesmo tempo em que, juntamente com o Conselho Federal de Educação, são estudadas formas de delegação de atribuições e competências. Por sua vez, o Conselho de Secretários de Educação (Consed) vem se fortalecendo: amplia-se a idéia de parceria e co-participação.

Em nível local, destaca-se a União de Dirigentes Municipais de Educação (Undime), que se desdobra em organizações de nível estadual. Recentemente realizou-se em Brasília o 5º Fórum da Undime e, na oportunidade, foram eleitos os seus novos dirigentes. Há sólidas razões para se esperar da entidade o prosseguimento e ampliação de sua participação no esforço pela melhoria da educação brasileira. Tal perspectiva encontra respaldo no esforço que os municípios vêm desenvolvendo no campo da educação infantil e da edu-

cação fundamental, dentro do contexto do Plano Decenal de Educação para Todos.

O MEC reconhece a importância dos municípios no campo da educação básica: está mais próximo da realidade, tem condições de envolver família e comunidade no trabalho educativo, pode realizar experiências pedagógicas variadas e apresenta condições para buscar alternativas de solução aos problemas identificados.

Além disso, o município tem possibilidades de atuar mais de perto sobre a educação no meio rural, onde as unidades escolares são predominantemente vinculadas à rede municipal. E sobre a periferia das áreas metropolitanas, onde se concentram as populações mais carentes.

Muito se espera dos municípios porque têm capacidade de resposta,

No momento, destaca-se a participação dos municípios em programas/projetos que justificam a convicção de que são aliados certos para a melhoria da oferta de educação básica de boa qualidade: a elaboração de Planos Municipais de Educação para o período de dez anos, em consonância com o Plano Nacional e os Planos Estaduais, o planejamento e a organização da matrícula com o objetivo de assegurar o atendimento pleno à demanda e a expansão da pré-escola para as camadas mais pobres da população (a educação infantil é, em sua quase totalidade, assumida pelas administrações municipais).

Também não podemos esquecer outros projetos como a valorização dos professores com a obrigatoriedade dos concursos públicos e a aprovação de planos de carreira, refletindo-se já, em muitos casos, em melhorias salariais (mas é preciso reconhecer que os mais baixos salários ainda são encontrados em pequenos municípios das regiões menos desenvolvidas do país), assim como a prática de inovações pedagógicas, com-

preendendo gestão e gerenciamento de rede e de escola, o combate à repetência e à evasão pela introdução do conceito de sucesso escolar, a supervisão pedagógica, a preparação e distribuição de livros didáticos adaptados à realidade das crianças.

O sucesso da política de descentralização da alimentação escolar (em 94, a expectativa é a de que se alcance 1.200 a 1.500 municípios), significando a multiplicação dos recursos, o estímulo às hortas/pomares comunitários, a regionalização dos gêneros alimentícios, o aumento do valor protéico dos alimentos fornecidos, a adoção de práticas inovadoras (padaria central, cozinha central, agilidade na distribuição dos gêneros) também deve ser considerado.

A co-participação e, freqüentemente, a responsabilidade pela implantação e funcionamento do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Pronaica) com Caics muito bem estruturados dentro da concepção geral de unidade de serviços integrados em articulação com as famílias e a comunidade é outro aspecto importante desta questão.

A participação dos municípios na oferta de educação básica é muito variada em termos de região e de unidade federada. Dentro de um mesmo estado, os índices também não obedecem a uma mesma proporção. Essa situação é reflexo da própria realidade brasileira, pois cada município tem a sua identidade: área territorial, população, atividade econômica, recursos materiais, financeiros e humanos. A diversidade é, entretanto, enriquecedora, porque estimula a criatividade e a procura de soluções adequadas às características locais.

Por outro lado, é preciso avançar em muitos casos, seja na organização dos serviços municipais de educação, como na capacitação de professores e adoção de políticas compatíveis de remuneração do pessoal da educação. Certamente tais problemas estão superados ou em fase de superação nos municípios das capitais ou nos denominados de porte médio. Mas afligem os municípios mais pobres e pequenos, em que o apoio do Estado deve se manifestar em termos de cooperação.

A conclusão é a de que muito se espera dos municípios porque têm capacidade de resposta, na maior parte dos casos. Nesse sentido, a Undime tem um papel essencial a desempenhar, até mesmo na aglutinação de municípios pequenos em torno de objetivos comuns, como já vem sendo identificado em várias partes do Brasil.